

O REUNI NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA¹

Remi Castioni²
Sidelmar Alves da Silva Kunz³
Norivan Lustosa Lisboa Dutra⁴

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi relacionar o processo de expansão universitária, a partir do Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), com a política de formação docente na universidade de Brasília. Trata-se de desdobramento de pesquisa realizada junto ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), no período de 12 meses (2017/2018), cujo foco principal consistia na elaboração de proposta de acesso diferenciado para cursos de licenciaturas em atendimento à Lei nº 13.478/2017 que alterou a LDB em seu artigo 62-B. O cotejamento entre informações estatísticas, documentos oficiais e literatura da área teve como substrato de análise a reflexão sobre a Lei nº 13.478/2017 considerando a discussão sobre a expansão de cursos, vagas e matricular na Universidade de Brasília após a implantação do Reuni, em especial, nos cursos de licenciatura. Tais cursos são apontados nessa investigação como uma grande possibilidade de enfrentar os desafios das políticas educacionais, para tanto, a pesquisa aponta a urgência em se construir estratégias de enfrentamento nessa direção e sedimentar caminhos para dar uma solução que repercuta financeiramente e impacte positivamente no cumprimento da missão das instituições.

Palavras-chave: Formação de Professores, Universidade de Brasília, Lei nº 13.478/2017, Reuni.

INTRODUÇÃO

Entendemos que o/a professor/a é peça fundamental para o desenvolvimento do país e, por isso, precisa ser valorizado e reconhecido profissionalmente. Para que assim, não perca a motivação, permaneça na profissão e atraia estudantes interessados na área do magistério. Em face dessa preocupação, posicionamos nosso objetivo sobre a profissão docente em meio ao processo de expansão do Sistema Federal de Ensino (Universidades e Institutos Federais), que se deu no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Decreto 6.094/2007, que

¹ Este trabalho foi financiado por Edital específico de fomento promovido pelo Cebbraspe/UnB. Trata-se de uma versão ampliada de proposta submetida ao GT 01 - Formação de Professores do Conedu 2019, na modalidade Comunicação Oral.

² Doutor em Educação pela Unicamp – SP, Professor Doutor da UnB, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Contribuições de Anísio Teixeira para a Educação Brasileira (GEPAT) kotipora@gmail.com

³ Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília - DF, Pesquisador do Inep, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Contribuições de Anísio Teixeira para a Educação Brasileira (GEPAT), sidel.gea@gmail.com

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília - DF, Professora do IFB, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Contribuições de Anísio Teixeira para a Educação Brasileira (GEPAT), nori.dutra@gmail.com

por sua vez originou o Plano de expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e da reorganização da Rede de Escolas Técnicas Federais, respectivamente, Decreto nº 6.096/2007 e o Decreto nº 6.095/2007, respectivamente.

Estas iniciativas elevaram a capacidade do sistema federal na oferta da formação de professores. Uma vez que assinalamos a importância de resgatar que o PDE proporcionou a ampliação da capacidade da oferta de formação de professores, com aumento expressivo das licenciaturas. Pontuamos a respeito que no caso da expansão da Rede Federal a formação dos professores está explicitada, na legislação, em que 20% das vagas dos Institutos Federais devem ser voltadas para formação de professores e, assim, registra-se a ampliação de suas vagas, cursos e matrículas. No entanto, nesse cenário, concentramos esforços nesse artigo na análise com o foco na Universidade de Brasília.

As reflexões aqui desenvolvidas são resultantes de aprofundamento nos estudos que realizamos no período de um ano (2017 a 2018) tendo em vista construir subsídios para que as universidades possam desenvolver estratégias que consigam dar uma resposta mais contundente à formação docente, bem como consolidar mecanismos que viabilizem a efetivação dos dispositivos instaurados posteriormente, como a Lei nº 13.478/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – (Lei nº 9.394/1996), especialmente o art. 62-B.

Essa discussão é concentrada na Universidade de Brasília (UnB), em razão da sua singularidade educativa no centro político administrativo do país. Haja vista que a sua autorização para a construção da UnB se deu por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, a qual instituiu a Fundação Universidade de Brasília como mantenedora (BRASIL, 1961). No segundo aniversário da nova Capital, em 21 de abril de 1962, o sonho de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira se materializou com a inauguração do Campus na Asa Norte de Brasília.

Nesta época a UnB ganha destaque no Planalto Central como a única instituição pública ofertante de cursos de graduação, mestrado e doutorado. Já no Plano Orientador da Universidade de Brasília (1962) está explicitada a missão da UnB, uma universidade planejada com base nas experiências nacionais e internacionais, que é indicada como “[...] órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital” (PLANO ORIENTADOR DA UNB, 1962, p. 5).

Na hodiernidade, a UnB em função da sua destacada empregabilidade (número de ex-alunos ocupando cargos de gerência) se destaca como a 11ª melhor instituição de ensino

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

superior do Brasil, de acordo com o *Center for World University Rankings (CWUR)*⁵. E, segundo a organização britânica *Times Higher Education (THE)*⁶, em 2019, se destacaram as áreas de Ciências Sociais, Educação e Administração e Economia. Ademais, no Ranking Universitário Folha de 2018⁷, a UnB é a 6ª melhor universidade no que se refere ao ensino. Esse quadro reflete a relação dessa universidade com o plano de Anísio Teixeira para essa instituição, considerando a instauração da nova capital. A UnB, em síntese, tem a conotação, desde a sua origem, de ser um laboratório para as universidades no Brasil.

Esse comportamento em avaliações reflete a qualidade de suas graduações, pós-graduações e a excelência em pesquisa científica. É notória a presença de seus egressos nos mais distintos órgãos da capital federal, assim como em uma plêiade de instituições em todos os entes federados. Sem dúvida, se trata de uma instituição com forte vocação para a formação dos altos cargos da administração pública brasileira, sem negar a sua participação significativa na formação de profissionais para a iniciativa privada.

Essas conquistas vêm se consolidando ao longo desse mais de meio século, mesmo enfrentando falta de recursos financeiros e em embates com os poderes da república, que insistem em afrontar a autonomia da universidade. O empenho em dar conta de sua missão é concretizado por intermédio dos seguintes fatores: a) quadro docente da mais alta qualificação; b) estrutura física que contribui para o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos; c) condições administrativas que acumulam um repertório que possibilita a inovação e a criatividade; d) experiências pedagógicas que ampliam o aprendizado e as possibilidades de intervenção na vida prática; e) processo de internacionalização que viabiliza a troca de experiências e elaboração de soluções com base em outras realidades.

Sendo assim, faz-se necessário conhecer como o trabalho dessa instituição está refletindo na formação docente e quais seus desafios diante de um dos grandes problemas da educação brasileira, formação de professores.

EXPANSÃO DA UNB E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Atualmente a UnB oferece diferentes modalidades de acesso ao ensino superior, que são distribuídas em: formas de ingresso primário e secundário, por convênio e para acesso de estrangeiros. A forma de ingresso secundário abrange a modalidade de acesso aos cursos de

⁵<http://noticias.unb.br/76-institucional/2312-unb-sobe-mais-de-200-posicoes-em-ranking-mundial>

⁶<https://noticias.unb.br/67-ensino/2570-unb-esta-entre-as-melhores-do-mundo-em-rankings-por-areas-de-conhecimento>

⁷<https://ruf.folha.uol.com.br/2018/ranking-de-universidades/>

graduação em: **transferência obrigatória, transferência facultativa e para portador de diploma do curso superior.**

A primeira é destinada a servidores públicos federais, civis e militares, ou a seus dependentes legais e econômicos, removidos ex-offício para o Distrito Federal. Esse acesso independe da existência de vagas, respeitando a decisão colegiada da UnB, que segue três etapas: 1) análise técnica de documentação pela secretaria de administração acadêmica (SAA); 2) análise do colegiado do curso; 3) homologação pela câmara de ensino de graduação (CEG).

A segunda modalidade de acesso secundário é destinada aos estudantes regularmente matriculados em outras instituições de ensino superior (IES), públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, para prosseguimento de estudos no mesmo curso ou em curso equivalente, visando ao preenchimento de vagas de graduação ociosas da universidade.

A terceira modalidade é destinada aos candidatos que já concluíram a graduação, mas desejam fazer um segundo curso. Exige-se que o interessado tenha feito pelo menos um dos três exames do Enem anteriores à publicação do edital.

Além das formas de acesso apresentadas, a UnB dispõe de outras modalidades de ingresso ao ensino superior, que pode ser via convênio com órgão nas esferas local ou nacional, como é o caso do governo do Distrito Federal (GDF) para formação de professores, e da Andifes, que possibilita ao estudante regularmente matriculado em outras IFES conveniadas cursar disciplinas de curso de graduação em outra instituição (intercâmbio nacional).

As formas de ingresso para estrangeiros incluem três modalidades. A primeira é por um acordo cultural que se chama programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G). Esta modalidade de acesso é direcionada a cidadãos na idade de 18 a 23 anos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. São exigidos dos candidatos a conclusão do ensino médio e a proficiência em língua portuguesa.

A segunda modalidade de acesso se dá por meio de convênio interinstitucional internacional, que é a forma de ingresso de aluno amparada por convênio de intercâmbio cultural firmado entre a Universidade de Brasília e universidades estrangeiras. O aluno-intercâmbio é selecionado pela instituição de origem e, na sequência, é apresentado à UnB. O estudante permanecerá na UnB pelo prazo máximo de 2 (dois) períodos e o registro na UnB dependerá de parecer das unidades acadêmicas envolvidas. A terceira modalidade de acesso é a matrícula-cortesia que é concedida aos estudantes de países que assegurem o regime de reciprocidade e que sejam portadores de visto diplomático ou oficial. Os ingressantes não

dependem da existência de vagas e nem dos exames de vestibulares. Exige-se, no entanto, a certificação do ensino médio, cópia do passaporte ou identidade diplomática e o comprovante de recolhimento da taxa de registro.

Os participantes desta modalidade de acesso devem ser enquadrados como funcionário estrangeiro de missão diplomática, funcionário ou técnico estrangeiro de organismos internacionais e técnico estrangeiro que preste serviço em território nacional no âmbito de acordo de cooperação técnica ou cultural firmado entre o Brasil e seu país de origem, assim como seus dependentes legais. Além dessas possibilidades de acesso ao ensino superior, a UnB criou outra modalidade no ano de 2016, denominado SISUnB que tem o objetivo de permitir ao candidato usar a nota atingida no PAS ou no vestibular para mudar a pré-opção do curso.

Considerando as particularidades da UnB, bem como sua representatividade no cenário nacional e internacional, buscou-se, nessa discussão, conhecer mais seus dados, mediante a análise das informações disponibilizadas nos Anuários Estatísticos da UnB. Nesse processo identificamos que ao longo do período de 1966 a 2016 a instituição teve evolução do número de alunos formados na graduação, que resultou no quantitativo total de 99.730 formados nos cursos da universidade.

Destacamos o período correspondente aos anos de 2003 a 2016, pois esses anos foram os responsáveis pelo maior montante de formados na história dessa instituição, fato que totalizou 49.842 formados e que está ligado, também, ao processo de adesão e implantação do Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), onde a UnB dobrou sua capacidade de atendimento (UNB, 2017), incluindo ainda a políticas de cotas (Lei nº 12.711/2012) pela utilização do Programa de Avaliação Seriada (PAS), que já tem 23 anos, e da utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como mecanismos de acesso via Sistema de Seleção Unificada (SISu), a partir de 2014.

O Reuni teve como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, Art. 1º). Foi criado pelo decreto 6.096/2007 e a adesão ao programa era de caráter voluntário. Cada instituição interessada deveria apresentar um plano de estruturação ao Ministério da Educação para validação e, sendo aprovada, a instituição passaria a receber recursos destinados à execução do referido plano.

Diante da oportunidade de ampliação da oferta e aumento dos recursos para a estruturação da instituição, via Reuni, a UnB viabilizou a criação de novos cursos, expansão

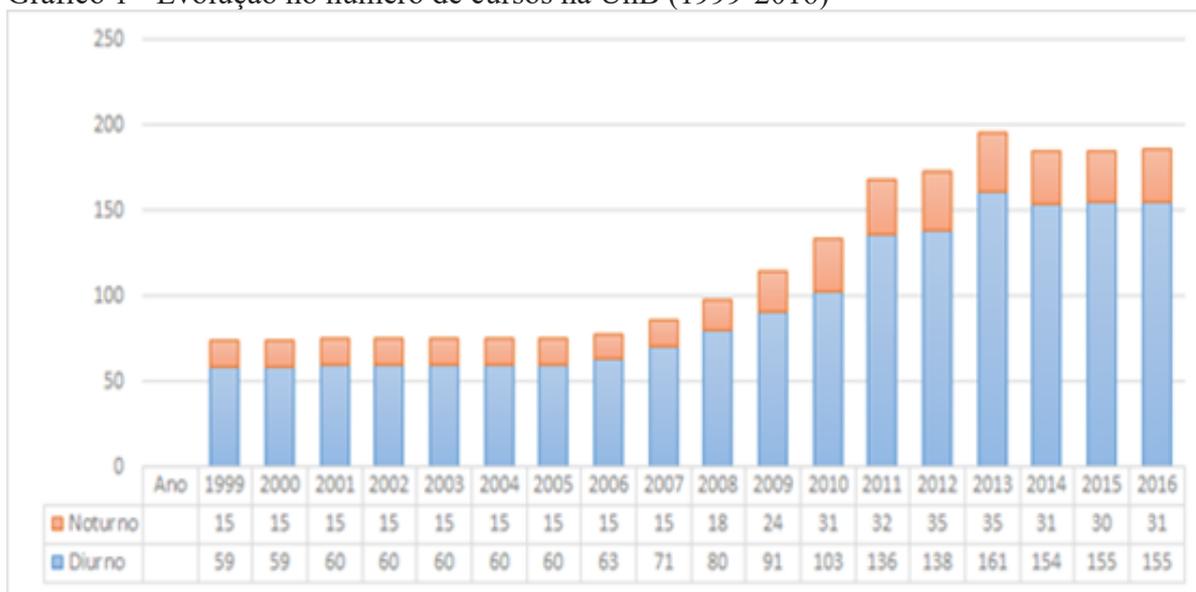
(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

das instalações, melhoria dos laboratórios, contratação de novos professores e técnicos administrativos e, com efeito, ampliação do número de vagas e matrículas e, conseqüentemente, no número de formados. Esse efeito do Reuni pode ser verificado no Gráfico 1 com a ampliação do número de cursos, a partir de 2008.

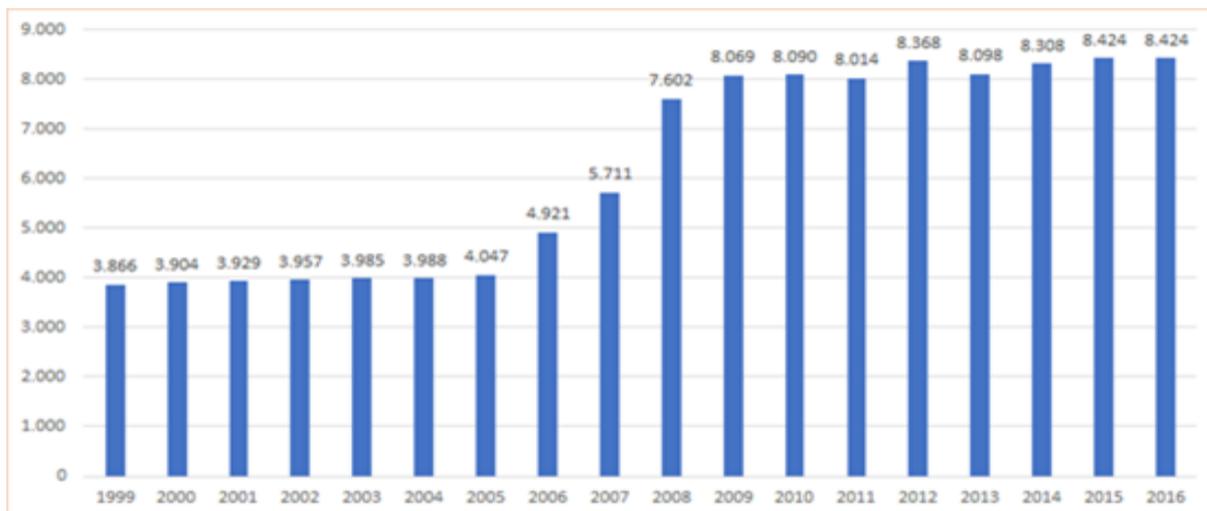
Gráfico 1 - Evolução no número de cursos na UnB (1999-2016)



Fonte: Dados extraídos dos anuários estatísticos da UnB.
Elaboração própria.

A partir da interpretação desses dados, nota-se que na transição do ano de 2006 para 2007 em efeitos a ações do governo federal o número de matrículas e de cursos foram impulsionados com ofertas nos turnos diurno e noturno.

Gráfico 2 - Evolução do número de vagas disponibilizadas pela UnB (1999-2016)



Fonte: Dados extraídos dos anuários estatísticos da UnB.

Elaboração própria.

O Gráfico 2 mostra que a oferta torna-se mais intensa após o ano de 2008. Este momento coincide com a implantação do Plano de Expansão no âmbito do Reuni. Foi também nesse período que a UnB registrou elevação no número de docentes, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1- Corpo docente ativo na UnB (2006 a 2016)

Qualificação docente	2006	2010	2012	2016
Graduação	29	21	20	12
Especialização	11	5	6	8
Mestrado	276	321	317	200
Doutorado	1.129	1.727	2.040	2.272
TOTAL	1.445	2.074	2.383	2.492

Fonte: Anuário Estatístico da UnB (2006, 2010, 2012).

Elaboração: Os autores.

No período de 2007 a 2017, período de adesão e concretização do Reuni, a UnB passou de 1.469 professores para 2.558, um crescimento de 74%. Somente nas unidades que atuam com licenciaturas o número de professores passou de 425 para 749, um crescimento de 76%, portanto um crescimento proporcional ao quantitativo geral de contratados. Na Tabela 2 e Tabela 5 são apresentadas as informações acerca do número de professores de universidade

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

e de modo mais específico o quantitativo com dedicação para as licenciaturas, considerando esse período analisado.

Tabela 2 - Número de professores na UnB no período selecionado

Gênero/Anos	2007	2017
Feminino	598	1.158
Masculino	871	1.400
Total Geral	1.469	2.558

Fonte: Levantamento junto à Universidade de Brasília
Elaboração própria.

Nota: Total de vínculos ativos em 31/12 de cada período

Tabela 3-Número de Unidades com licenciaturas que estão impactadas

Unidades/Anos	2007	2017	Diferença
FE	67	80	13
Fem	49	59	10
Mas	18	21	3
FEF	27	42	15
Fem	9	11	2
Mas	18	31	13
FS	2	5	3
Fem	2	4	2
Mas	0	1	1
FUP	14	110	96
Fem	4	50	46
Mas	10	60	50
IB	16	25	9
Fem	9	12	3
Mas	8	13	5
ICS	8	13	5
Fem	4	6	2
Mas	4	7	3
Ida	81	124	43
Fem	42	67	25
Mas	39	57	18
IE	21	32	11
Fem	5	9	4
Mas	16	23	7
IF	27	35	8
Fem	6	7	1
Mas	21	28	8
IH	50	95	45
Fem	25	31	6
Mas	25	64	39
IL	92	160	68
Fem	60	100	40
Mas	32	60	28
IP	8	11	3

Fem	5	8	3
Mas	3	3	0
IQ	11	18	7
Fem	4	7	2
Mas	7	12	5
Total Geral	425	749	324

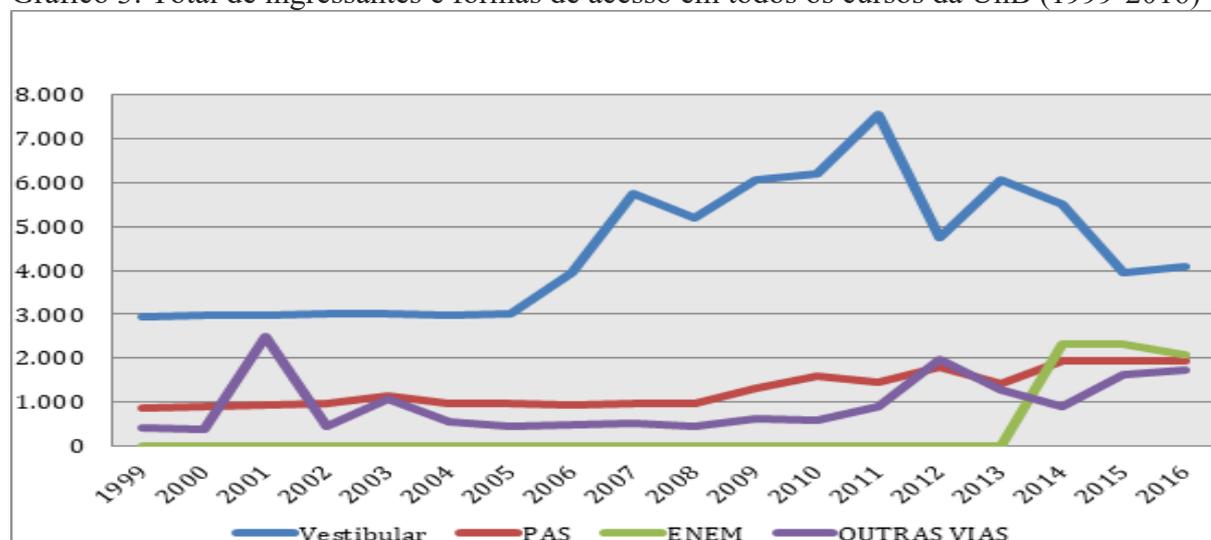
Fonte: Levantamento junto à Universidade de Brasília
Elaboração própria.

Nota: Aplicou-se um percentual nos vínculos nas Unidades que atuam com Bacharelado/Licenciatura

Nota-se, na Tabela 3, uma diferença de 324 novos professores, os quais foram contratados para atender a demanda da instituição. Demanda essa que cresceu significativamente a partir das políticas de expansão implantadas no período em tela. No que se refere ao processo de formação de professores, há de referenciar ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) instituído pelo Decreto n.º 7.219/2010 e regulamentado pela Portaria 096/2013 e mais recentemente o Programa de Residência Pedagógica, uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores que tem como objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade do seu curso.

Essas configurações de diversidade de ingresso e inserção da prática docente são positivas, pois comunicam a disponibilidade da instituição para discutir novos formatos para lidar com a ampliação de suas vagas nos anos supracitados. Essa movimentação pode ser melhor visualizada no Gráfico 3.

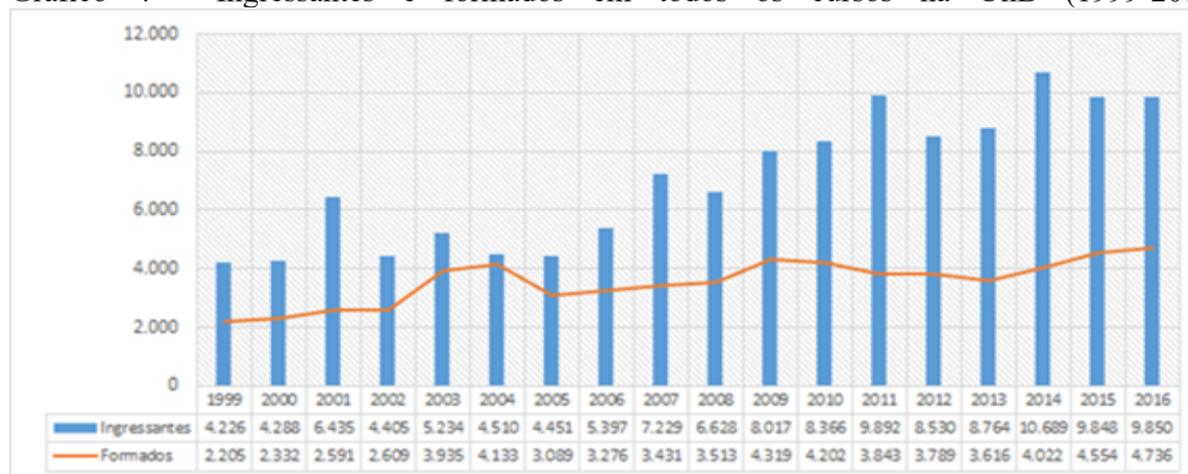
Gráfico 3: Total de ingressantes e formas de acesso em todos os cursos da UnB (1999-2016)



Fonte: Anuários estatísticos da UnB.
Elaboração própria.

Posto isto, assevera-se que no processo expansionista a UnB se utilizou de diferentes modalidades de acesso, Vestibular tradicional, PAS, Enem e outras vias. Esta última se apresenta como incluem: Acordo Cultural, Matrícula cortesia, Mudança de Cursos, Duplo curso e Dupla habilitação, mandado judicial e convênios firmados entre a universidade e outras entidades governamentais, tais como a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Se por um lado a UnB ampliou o número de vagas e cursos e diversificou as modalidades de acesso ao ensino superior, por outro lado enfrenta os desafios da evasão acadêmica e suas implicações sociais e econômicas para a sociedade, especialmente nos cursos de licenciaturas. De modo mais preciso, apresentamos (vide Gráfico 4) os dados de ingressantes e formados na UnB de 1999 a 2016 para que se possa visualizar de modo mais explícito o grau de evasão dos cursos da universidade.

Gráfico 4 - Ingressantes e formados em todos os cursos na UnB (1999-2016)



Fonte: Anuários estatísticos da UnB.
Elaboração própria.

Com base nos dados fica evidenciado que o volume do desafio, pois o número de ingressantes é superior ao número de formados. A apreciação crítica desses números aponta no sentido de que, ao longo desses anos, aproximadamente metade dos ingressantes não conseguem concluir a graduação. Salienta-se que, apesar do crescimento no número de ingressantes verifica-se uma estagnação ou pequenas variações do número de formados. A Tabela 4 aborda essa situação com base nos dados da graduação da UnB.

Chama-se a atenção para o período pós implantação do Reuni (a partir de 2008) quando a UnB contabilizou uma considerável expansão da instituição, cursos e vagas no ensino superior. Saindo de 5.397 em 2007 e chegando em 2014 ao patamar, aproximado de 10.689 matrículas.

Tabela 6 - Evolução das taxas de evasão e de sucesso (graduação)

Ingresso	Evadidos	Formados	Total	Evasão %	Sucesso %
2003	1.873	2.721	4.594	40,77	59,23
2006	2.245	3.166	5.411	41,49	58,51
2007	2.940	4.333	7.273	40,42	59,58
2008	2.849	3.873	6.722	42,38	57,62
2009	3.778	4.394	8.172	46,23	53,77
2010	3.576	4.604	8.180	43,72	56,28
2011	4.533	4.282	8.815	51,42	48,58
2012	3.652	3.058	6.710	54,43	45,57

Fonte: UnB - Relatório parcial de Autoavaliação Institucional – Ano Base 2017 (CIG/DAI/DPO, 2018).

Importa salientar que a evasão de estudantes universitários é um problema complexo e que se constitui como objeto de investigação em distintos países. As pesquisas emitem uma posição em direção a uma relativa homogeneidade do comportamento desse fenômeno “em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades sócio-econômico-culturais de cada país” (GEMAQUE; SOUZA, 2016, p. 86).

Sob esse ponto de vista, cabe às instituições entender melhor esses processos e desenhar estratégias para enfrentar esse problema. Não temos dúvida que esta investigação se insere nesse circuito e colabora para a universidade repensar as suas práticas e consolidar novas ações.

A modificação na quantidade de estudantes e na definição das políticas de vagas é perceptível no gráfico 2 que revela o caso da UnB e possibilita a identificação do aumento substancial de vagas a partir do ano de 2006. Esse fato se faz presente em outras instituições de ensino superior do país que também convivem com taxas altas de evasão.

Sobre essas questões, Guimarães e Monsueto (2017, p. 4) advertem que as “políticas que miram na democratização do ensino superior, como o sistema de cotas e a criação de novas universidades, podem não se mostrar eficientes frente aos altos índices de evasão do país”. Ao que parece essa afirmação encontra respaldo nos dados obtidos nesse estudo relativo ao caso da UnB, haja vista que ao examinar a Tabela 4 se apura uma elevação da taxa de evasão a partir de 2006. Momento que se apresenta à crescente do número de vagas na UnB.

A evasão dos estudantes implica na quantidade de repasses de recursos destinados à instituição e isso repercute no desenvolvimento regional e, também, nacional. Para além do

debate acerca dos recursos financeiros, Gemaque e Souza (2016, p. 84) alertam para o “impacto na própria gestão universitária, pois esta disponibiliza insumos como professores, salas de aula, materiais, dentre outras despesas financeiras, sem resultados positivos, uma vez que o aluno não conclui o curso”.

Ao consultarmos os dados apresentados no primeiro ano de adesão do REUNI e os últimos dados disponíveis em 2017, a relação entre o número de professores nas unidades impactadas com cursos de licenciaturas e o número de ingressantes e de concluintes (CIG/DAI/DPO, 2018), observa-se que a relação entre professores e alunos é quase de 1 (um) para 1 (um) em várias unidades universitárias. Isso demonstra o efeito da evasão sobre o fluxo no curso. Estes dados somente reforçam a ideia de que uma ampliação no número de estudantes no fluxo destes cursos não impacta na ampliação da carga horária e nem na contratação de novos professores.

A baixa conexão ou o fraco relacionamento entre a instituição e o discente por meio do engajamento em atividades de pesquisa e extensão, e uma estrutura curricular desvinculada das atividades práticas relativas ao curso ou a ineficiência das ações de monitoria e da precariedade da assistência estudantil para os acadêmicos de baixa renda são aspectos que dificultam o relacionamento e ampliam a evasão. Nesse sentido, Gatti (2019) adverte que cerca de 50% dos estudantes dos cursos de licenciatura evadem ao longo do processo de formação, fato que implica em desperdício dos recursos materiais e humanos nesses investidos.

Vale ressaltar que os altos índices de evasão são fortes contribuições para essa perda e que, não raro, escondem “formas abertas ou veladas de retenção que podem ser explicadas por meio das variáveis de contexto, mas que também são em parte devidas às dinâmicas intrínsecas ao seu funcionamento. Nas disciplinas da área de ciências e matemática a evasão supera a casa dos 50%” (GATTI, 2019, p. 130).

Diante de tais informações pode-se entender que apesar do crescimento no número de vagas, cursos e matrículas, ainda há muito a se fazer no que se refere à retenção dos estudantes nos cursos e, portanto, a expansão apesar de anunciada ainda não está surtindo efeitos para suprir a falta e a melhoria de professores no sistema educacional. Com a descontinuidade de vários cursos privados voltados à oferta de licenciaturas, vislumbra-se que a UnB pode ser a única instituição a oferecer licenciaturas no médio prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade de Brasília recebeu desde a sua criação a responsabilidade de formar os quadros técnicos da Alta Administração Pública, bem como disponibilizar a inteligência de seus acadêmicos em prol do desenvolvimento nacional. Em face disso, foi discutido nesse trabalho a formação docente vista como elemento-chave para o protagonismo da UnB, sobretudo em razão da realidade do ensino ofertado pelas instituições de educação básica. E, também, oportunidade para avançarmos em termos de valorização profissional com uma formação sólida. Pensando a formação docente, a UnB teve uma expressiva ampliação no quantitativo de formados que repercutiu o número de novas vagas oriundas de políticas como as cotas, o PAS, o SISu, o Reuni, Enem, dentre outras.

A investigação aponta que a UnB passou por uma ampliação da força de trabalho de 2006 a 2016 da ordem de três centenas de novos professores. Essa renovação sugere uma oportunidade para se discutir novos formatos com maior capacidade de acolhimento e desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse tocante, a UnB teve avanços, pois nos últimos anos foram diversificadas as formas de acesso ao ensino superior. Todavia, tem enfrentado muitas dificuldades com a volumosa evasão com todas as suas implicações, com especial atenção para os cursos de licenciatura.

Os dados revelam que cerca de metade dos estudantes não conseguem concluir suas graduações e com isso mesmo com o aumento do número de vagas se nota uma estagnação no número de formados. Posto isso, sinaliza-se a urgência em se construir estratégias de enfrentamento desse problema que repercute financeiramente e impacta no cumprimento da missão da instituição.

Destarte, indica-se, com base nos achados da pesquisa, que a UnB consolide meios para aproveitar melhor a sua ampliação da força de trabalho e com isso viabilizar, junto com outras medidas, o alargamento dos relacionamentos entre estudantes de professores, criar novas estratégias para densificar o engajamento nas atividades de pesquisa e extensão, melhorar a estrutura curricular de modo a torná-la mais prática e eficiente, fortalecer a assistência estudantil para acadêmicos de baixa renda, edificação de iniciativas que comportam a existência de creches e pré-escolas para os filhos dos discentes e incentivar a ocorrência de voluntariado, estágios e monitorias sob o acompanhamento dos professores.

Assim sendo, pondera-se que no caso do Distrito Federal precisa ser foco de ações da universidade colaborar para que se supere o contingente considerável de professores que estão "desviados" dos componentes curriculares para os quais foram habilitados durante a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

graduação e que prestaram concurso para ministrar. Essa situação acontece mesmo nessa Unidade da Federação que é a única em que a jornada de trabalho é considerada como ampliada, com expectativa de se cumprir 40h na mesma escola.

E isso apenas expressa o tamanho dos dilemas educacionais em nosso país. Para complexificar ainda mais esse cenário temos a situação da reforma da previdência, em curso, que inevitavelmente vai acelerar a aposentadoria dos professores, que já se encontram na condição. Isso tendo como pano de fundo a evasão crescente das licenciaturas e a baixa atratividade do salário que expõem a envergadura dos desafios para se garantir qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 08 de jul. 2017.

_____. Reuni - **Decreto nº 6.096, 24 abr. 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25. abr. 2007b.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, Roberto Ribeiro da. **Evasão do curso de química da Universidade de Brasília.** Química Nova, São Paulo, v. 24, n. 2, mar./abr. 2001. Disponível em: http://www.alfaguia.org/alfaguia/files/1341250639_1795.pdf Acesso em: 02 mar. 2018.

GATTI, Bernadete Angelina et al. Atratividade da carreira docente no Brasil. In: Fundação Victor Civita. **Estudos e pesquisas educacionais.** São Paulo: FVC, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.zerohora.com.br/pdf/15141177.pdf> Acesso em: 11 dez. 2017.

GEMAQUE, Lícia Santos Buhaten; SOUZA, Lúcio Gemaque. Diplomação, retenção e evasão: estudo com enfoque na evasão dos cursos de graduação na Universidade Federal do Maranhão no período de 2008 a 2010. **Ensino e Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 2, n. 1, p. 84-105, jan./ jun., 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ens-multidisciplinaridade/article/view/4872> Acesso em: 01 mar. 2018.

GUIMARÃES, Adriana Moura; MONSUETO, Sandro Eduardo. **Determinantes da Evasão nos Cursos de Graduação da FACE-UFG** [manuscrito], 2017. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas, n. 061).

UNB. **Plano Orientador da UNB.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962. Disponível em: http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=95:1979&Itemid=675 Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. **Anuário estatístico na UnB.2018.** Disponível em: http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=56&Itemid=742 Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. **Relatório parcial de Autoavaliação Institucional – Ano Base 2017 (Triênio 2017-2019).** Brasília, março de 2018. Disponível em: <http://www.cpa.unb.br/images/Relatorio-de-Autoavaliacao-Institucional---2017---FINAL.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.